



PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL: AVALIAÇÃO DO ENRAIZAMENTO TERRITORIAL DE APOSENTADOS RURAIS EM MUNICÍPIOS PARANAENSES

CHIES, Claudia¹; LOURENÇO, Liandra Alves²; AGUIAR, Alaiane Dias³; FREITAS JÚNIOR, José Augusto de⁴

RESUMO

O planejamento de estratégias visando o desenvolvimento local está presente especialmente nos municípios com pequenas cidades, pois, na maior parte dos casos, enfrentam o problema da evasão populacional e da perda de recursos, devido, sobretudo, ao processo de modernização agrícola conservadora e excludente ocorrido nas últimas décadas. Desse modo, com este artigo, objetiva-se analisar a perspectiva do desenvolvimento local nas pequenas cidades, enfocando a relevância do enraizamento territorial e do pertencimento ao lugar, bem como a contribuição dos idosos aposentados rurais nesse processo. Como metodologia, utilizou-se levantamento e análise crítica de referenciais teóricos; aplicação de questionários complementados com entrevistas a aposentados rurais e comerciantes. Os resultados mostraram que os aposentados têm um peso importante para a manutenção de habitantes e o fortalecimento do comércio local de municípios paranaenses com pequenas cidades, contribuindo para a dinamização da economia local, e para que haja mais desenvolvimento.

Palavras chave: Desenvolvimento local. Pequenas cidades. Aposentadoria rural.

SMALL TOWNS AND LOCAL DEVELOPMENT: EVALUATION OF TERRITORIAL ROOTING OF RURAL RETIRED PEOPLE IN PARANÁ MUNICIPALITIES

ABSTRACT

The planning of strategies for local development is present especially in municipalities with small towns due to the fact that, in most cases, they face the problem of population evasion and loss of resources, mainly as a result of the process of conservative and excluding agricultural modernization that has taken place in recent decades. Thus, with this study, the objective is to analyze the perspective of local development in small towns, focusing on the relevance of territorial rooting and belonging to the place, as well as the contribution of elderly rural retired people in this process. As methodology, it was used a survey and critical analysis of theoretical references; the application of questionnaires complemented by interviews with rural retired people and merchants. The results showed that retired people play an important role in the continuation of the inhabitants and the strengthening of local commerce in Paraná municipalities with small towns, contributing to the dynamization of the local economy, and to further development.

Keywords: Local development. Small towns. Rural retirement.

¹ Doutora e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professora Adjunta do Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão. Email: claudia.chies@ies.unespar.edu.br. Registro ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6054-6679>.

² Acadêmica do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão. Email: liandralourenco10@gmail.com. Registro ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7147-4540>.

³ Acadêmica do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão. Email: alainediasaguiar341@gmail.com. Registro ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9812-8114>.

⁴ Acadêmico do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão. E-mail: juninhofreitas1297@gmail.com. Registro ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1467-7659>.

CHIES, C. et al. Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

1. INTRODUÇÃO

A busca pelo desenvolvimento local é uma das discussões mais proeminentes no que diz respeito ao planejamento governamental em escala municipal nas últimas décadas. Esta preocupação se faz presente, sobretudo, nos municípios com pequenas cidades, pois frente aos avanços científicos e tecnológicos, que impactaram diretamente a produção agropecuária, principal atividade econômica da maioria desses municípios, houve diminuição dos postos de trabalho e um intenso êxodo populacional na maioria dessas localidades, e esta conjuntura, reduziu o desenvolvimento social e econômico para significativa parte da população.

Neste contexto, esta pesquisa visa responder às seguintes questões problema: a) os vínculos culturais de enraizamento territorial e pertencimento ao lugar, aliados à estabilidade financeira proporcionada pela aposentadoria rural, são fatores relevantes para a permanência de parcela da população nos municípios pesquisados? b) esses são fatores preponderantes na contribuição para o desenvolvimento local em pequenas cidades?

Desse modo, com este artigo objetiva-se analisar a perspectiva do desenvolvimento local nas pequenas cidades, enfocando a relevância do enraizamento territorial e do pertencimento ao lugar, bem como a contribuição dos idosos aposentados rurais nesse processo. A relevância deste estudo está em contribuir com as reflexões acerca da busca pelo desenvolvimento local nas pequenas cidades, e em colaborar para a promoção da valorização dos idosos e do vínculo das populações com o lugar de vivência.

O artigo resulta de recortes de pesquisas que realizamos para elaboração de tese de doutorado e pesquisas de iniciação científica. Como metodologia, utilizou-se os seguintes procedimentos: levantamento e análise crítica de referenciais teóricos; aplicação de questionários complementados com entrevistas a aposentados rurais de municípios da Região Noroeste do Paraná (Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste) e de municípios da Região Centro Ocidental paranaense e área de influência (Altamira do Paraná, Farol e Nova Tebas) (Mapa 1); e também entrevistas com comerciantes nos municípios de Farol e Nova Tebas.

CHIES, C. et al. *Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses*. *Geomae, Campo Mourão*, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

Mapa 1 – Localização dos municípios pesquisados



O artigo foi organizado em três partes, além da introdução, considerações finais e referências. No item dois discutiu-se a perspectiva do desenvolvimento local com enfoque nas pequenas cidades. No item três analisou-se sobre o enraizamento territorial dos habitantes das pequenas cidades. No item quatro debateu-se a respeito da contribuição dos idosos aposentados rurais e suas contribuições na busca pelo desenvolvimento local, a partir dos resultados das pesquisas de campo realizadas.

2. O DESENVOLVIMENTO LOCAL E AS PEQUENAS CIDADES

A noção de desenvolvimento usualmente está vinculada à perspectiva econômica, ou do crescimento econômico, como se convencionou denominar mais recentemente. Ao conceito de desenvolvimento é comum a inserção de variados adjetivos, por exemplo: sustentável, rural, urbano, econômico, local. Desta forma, a depender da abordagem adotada, muda-se os sujeitos sociais envolvidos e ocorrem conflitos de interesses. Compreende-se que “não se pode chamar de

CHIES, C. et al. Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

desenvolvimento uma mudança que melhore a vida de uns, enquanto exclui outros desses mesmos benefícios” (LIMA; D’ASCENZI, 2018, p.128).

A partir desta perspectiva avalia-se que o conceito de desenvolvimento é muito mais abrangente que apenas a perspectiva do crescimento econômico. Desenvolvimento implica no acesso de qualidade à educação formal, à moradia digna, ao atendimento adequado nos serviços de saúde, à formação e profissionalização das pessoas, ao acesso ao lazer e à vida em comunidade, o direito a um ambiente menos degradado, ao respeito às diversas culturas e religiões. Faria (2002, p.103) destaca que um conceito alternativo de desenvolvimento, que considere “a dimensão humana e social tem ganhado a atenção de alguns setores da sociedade comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Cada vez mais, a abordagem tecnicista do tema do desenvolvimento deixa de ser hegemônica [...]”.

Diante desta concepção há a prerrogativa do “desenvolvimento humano”, que indica a necessidade de um conjunto de requisitos de bem estar e qualidade de vida, e origina-se a temática do desenvolvimento local, que se fortaleceu na década de 1990, transferindo uma agenda de responsabilidades aos municípios. Frequentemente as ações convergiram para práticas de diagnósticos de potencialidades locais, considerando características sociais, culturais e ambientais dos municípios, a partir da tradição e vocação econômica e dos recursos naturais e humanos disponíveis.

De acordo com Brose (1999) o conceito de desenvolvimento local surge do entendimento de que o meio rural, por não ser apenas agrícola, engloba as pequenas cidades, e estas, apesar de serem espaços urbanos, vinculam-se de modo estreito ao meio rural, visto que a economia local depende em muito do setor agropecuário, e na área urbana são oferecidos a prestação de serviços básicos. Ainda sobre as ações de desenvolvimento local, Brose esclarece:

No geral, indicadores de impactos para projetos e programas de fortalecimento do desenvolvimento local podem ser: manutenção e criação de postos de trabalho; início de novas atividades econômicas; pluriatividade na agricultura familiar; estabilidade na renda familiar; manutenção de uma paisagem rural equilibrada; ativa participação da população nas decisões nos seus espaços econômicos; novas formas de gestão pública, entre outros (BROSE, 1999, p. 49).

Frente a esta abordagem, evidencia-se a importância da geração de empregos, tanto em atividades econômicas presentes nos municípios, como pela implantação de novas atividades. Também verifica-se, especialmente nas pequenas cidades, a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar, por exemplo, a partir da diversificação das culturas agrícolas, como a

CHIES, C. et al. Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

implantação e fortalecimento da fruticultura e da olericultura, seja para geração de emprego e renda, seja para a promoção de práticas produtivas menos nocivas ao meio ambiente. Neste sentido, destaca-se a importância de políticas públicas, tanto para agricultura familiar como para outros segmentos, como a indústria e o comércio, pois além de fortalecerem as atividades, promovem maior participação popular nas decisões sobre investimentos e na gestão pública.

As ações de desenvolvimento local chamaram a atenção de variados segmentos, em especial do meio acadêmico, o que levou a análises e estudos a esse respeito, que convergem “para o local como um espaço de efetiva atuação de diferentes indivíduos e segmentos sociais na busca do desenvolvimento” (FRANÇA; VAZ; SILVA, 2002, p. 6). Os resultados dessas análises apontam para a importância do exercício de uma resistência frente a um modelo econômico neoliberal e a uma estrutura política excludente.

Sendo assim, “[...] a capacidade de mobilização e articulação de atores sociais aparece como uma dimensão fundamental, indicando que os aspectos sociais e políticos desempenham um papel chave nos resultados econômicos, tornando sua dissociação não recomendada” (FRANÇA; VAZ; SILVA, 2002, p. 7). Desta maneira focou-se na sociedade civil como protagonista de um novo modelo de desenvolvimento, evidenciando-se então a relevância da participação político-social dos atores locais nas iniciativas de desenvolvimento local, devendo-se considerar seu grau de organização e envolvimento, sendo estes fatores preponderantes para o êxito dessas ações. “[...] Políticas públicas – especialmente as voltadas ao desenvolvimento local – só obtêm sucesso se contarem com a ativa participação dos beneficiários [...]” (BROSE, 1999, p. 65).

Assim, é essencial o envolvimento contínuo da comunidade para a aplicação das políticas públicas. Neste mesmo sentido, Oliveira (2001, p. 12), afirma que para que haja êxito no enfoque sobre desenvolvimento e em específico sobre desenvolvimento local, a partir de uma perspectiva que considere o humano e o social, é fundamental o fortalecimento da cidadania. Da mesma forma, “a noção de desenvolvimento local, como qualidade, ou ancora na cidadania, ou então será apenas sinônimo de uma certa acumulação de bem-estar e qualidade de vida nos âmbitos mais restritos”. Brose (1999, p. 65) corrobora com este entendimento ao afirmar: “a participação é resultado de um longo processo de democratização e construção da cidadania que transforma aos poucos a sociedade e o espaço público”. Além disso, é necessária a construção de articulações.

[...] o protagonismo local, a articulação entre organização e conhecimento, o fomento ao empreendedorismo integrado a redes e cadeias produtivas, a

CHIES, C. et al. Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

criação de novos espaços públicos de decisão e gestão, a mudança de cultura política, entre outros fatores – adquirem grande relevância em um processo de desenvolvimento local (FRANÇA; VAZ; SILVA, 2002, p. 8).

Diante desta tendência de se pensar o desenvolvimento a partir do local, ações e projetos colocados em prática, como por exemplo: incubadoras, agências de desenvolvimento, consórcios intermunicipais, apoio à agricultura familiar, políticas de atração de investimentos, intervenções em cadeias produtivas e sistemas locais de produção, capacitação de empreendedores e outros agentes, criação de infraestrutura e intervenções urbanas, apesar de serem complementares, em grande parte dos casos não alcançaram integração (FRANÇA; VAZ; SILVA, 2002).

Os autores ainda explicam que essas iniciativas partem de órgãos e instituições variadas, “como governos, organizações da sociedade civil, sindicatos, setores populares, agências de fomento, entre outros”. Dessa forma, confirma-se que a temática do desenvolvimento local não ficou apenas no campo das ideias, mas efetivamente foi praticada por inúmeros agentes locais (FRANÇA; VAZ; SILVA, 2002, p. 8).

No entanto, considera-se que tem havido uma ênfase exagerada na capacidade endógena dos municípios (MOURA, 2009; FRANÇA; VAZ; SILVA, 2002; OLIVEIRA, 2001), como se tivessem a autonomia necessária para desenvolverem-se de modo independente. Sobre esta abordagem, destaca-se o entendimento de Oliveira (2001, p. 13):

[...] está-se elaborando um discurso sobre o desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade plugada de conflitos por todos os lados; desenvolvimento local é apresentado como um “emplastro” (do romance de Machado de Assis, Memórias Póstumas de Brás Cubas) capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades.

Vale ressaltar que, mesmo partindo da perspectiva do desenvolvimento local, é preciso considerar as influências das demais escalas, pois “do ponto de vista prático, ou teórico, nenhuma formulação de política, pública ou privada, restaria factível, ou completa, sem considerar os contextos agregados dos quais é parte, regional, nacional e globalmente” (LIMA; D’ASCENZI, 2018, p.157). Assim, o principal problema que se verifica são as estratégias de desenvolvimento local que estão sendo pensadas apenas por meio da escala espacial local/municipal, sem considerar as influências mais gerais do ambiente macroeconômico, e sem o estabelecimento de articulações concretizadas com as demais esferas de governo. Sobre esta questão, Moura (2009, p. 36), elucida “a necessidade do pacto federativo, no qual o Estado nacional se estruture de forma que permita a convivência de um poder central forte e articulado com entes federados dotados de

CHIES, C. et al. Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

autonomia, recursos e atribuições relevantes [...]”.

Corroborando com estas análises, Carvalhal (2009) defende que o desenvolvimento local autogerido deve buscar metas como: justiça social, democracia radical, equilíbrio social da renda e equilíbrio ambiental. O autor levanta ainda a questão de que não havendo articulação entre o local e demais segmentos e instâncias do governo, por meio de um pacto geral, corre-se o risco de haver uma disputa entre lugares na atração de capital, o que leva à diminuição da qualidade de vida da população e ao não desenvolvimento socioeconômico.

A partir dessas acepções, destacam-se as políticas públicas como alternativas para o estabelecimento de maior articulação entre as esferas de governo, pois muitas das políticas públicas desenvolvidas nos municípios exigem esta articulação. No entanto, como alerta Faria (2002, p. 106) “o desenvolvimento local não será alcançado apenas através de políticas públicas, ainda que a implementação de algumas ações possa contribuir para criar um ambiente mais favorável para o debate sobre o assunto”.

As políticas públicas contribuem para maior articulação dos municípios entre setores da própria administração local, como com os demais organismos governamentais e outras instituições, porém é necessário planejamento estratégico dos atores sociais envolvidos, em especial, das lideranças locais, com objetivo de promover esta articulação. “É necessário também criar articulações intermunicipais: consórcios, associações, agências, fóruns, redes, câmaras intermunicipais, que auxiliem na solução de problemas comuns, e ter claras, na cooperação, as responsabilidades [...]” (MOURA, 2009, p.36).

Neste sentido, é importante destacar que o exercício do Poder Local no Brasil historicamente vincula-se ao coronelismo, ao patrimonialismo e ao personalismo, no entanto, em um regime democrático, é preciso ser entendido a partir da perspectiva da descentralização e participação cidadã na gestão pública (SANTIN, 2007). Ainda sobre esta questão, a autora esclarece:

[...] num Estado Democrático de Direito o Poder Local apresenta-se como um novo paradigma de exercício do poder político, fundado na emancipação de uma nova cidadania, rompendo as fronteiras burocráticas que separam o Estado do cidadão e recuperando o controle do cidadão no seu Município mediante a reconstrução de uma esfera pública comunitária e democrática (SANTIN, 2007, p. 323).

Diante do exposto, compreende-se a necessidade de se romper com as velhas práticas enraizadas nos segmentos político-administrativos, sobretudo as cristalizadas nos âmbitos locais, ampliando os mecanismos participativos na gestão municipal, pois como esclarece Faria (2002, p.

CHIES, C. et al. Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

124), os detentores do poder em geral “[...] não estão interessados em abrir mão dele em benefício de outras parcelas da população, normalmente excluídas quando da composição de um conselho municipal qualquer. A ‘prefeiturização’ dos conselhos, aliás, é um fato corriqueiro”. Desta maneira, romper com este processo exige aprimoramento das instituições de educação para emancipar as pessoas e encorajá-las a deliberar sobre política.

Dito isto, cabe esclarecer que concomitante à abordagem sobre desenvolvimento local, surge uma preocupação mais acentuada a respeito das pequenas cidades, pois “estas localidades abrigam significativa parte da população brasileira e constituem numerosos pontos de suporte territorial para todo país” (ENDLICH; ROCHA, 2009, p. 9).

O conceito de pequenas cidades aqui adotado considera a classificação oficial brasileira proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em pequenas, médias e grandes cidades. Uma das questões principais ao tratar a respeito da classificação das cidades é a discussão sobre o que é cidade e quais os parâmetros conceituais para distingui-las. Essa classificação é diferente em diversos países, mas em geral os critérios adotados são: tamanho populacional, aspectos funcionais ou socioeconômicos. No Brasil se considera cidade toda sede municipal, independente do total da população. Há vários entendimentos a respeito da classificação das cidades, porém, neste caso, considera-se como pequenas cidades no contexto regional paranaense, aquelas com menos de 20 mil habitantes, cujas funções principais são o abastecimento de produtos e a oferta de serviços básicos à população local.

Assim, buscou-se desenvolver os projetos de desenvolvimento local, em especial nos municípios com pequenas cidades. A respeito das pequenas cidades, Fresca (2009, p. 41), esclarece: “[...] a intensificação da reestruturação produtiva impôs para estas, outras demandas que possibilitaram o desempenho de novas centralidades no contexto das redes urbanas”. Sobre este processo no estado do Paraná, Moura enfatiza:

No âmbito estadual, a adoção de uma política de desconcentração econômica emerge como importante medida, não somente para aliviar a pressão por infraestrutura e serviços públicos, tanto do setor produtivo, quanto por parte da população, mas principalmente, para melhor aproveitar a potencialidade produtiva das demais porções do Paraná. Aos pequenos municípios é fundamental apoio e fortalecimento das atividades existentes, como também o adensamento das cadeias produtivas (MOURA, 2009, p. 36).

Para a autora, nas espacialidades socialmente críticas paranaenses, que representam os resultados estruturais específicos da dinâmica seletiva da expansão do capital, o baixo

CHIES, C. et al. Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

desenvolvimento econômico é um processo que tende a se perpetuar, caso não haja ações de intervenção, aumentando assim a desigualdade em relação a outras áreas do Estado. Desta forma, estas áreas “demandam, como medida emergencial, a convergência de programas em curso e de outros em formulação, coordenados articuladamente, numa ação conjunta com as organizações locais já existentes [...]”, priorizando a redução da vulnerabilidade social e o fortalecimento e a dinamização das economias locais (MOURA, 2009, p. 37).

Complementando essas ideias, destacamos o entendimento de Endlich e Rocha (2009), pois ressaltam que as pequenas cidades do Norte Paranaense representam uma herança histórica e regional. Corroboramos com este entendimento e compreendemos que é nas pequenas cidades que as pessoas constituem um vínculo mais estreito com o outro, com a comunidade e também com o espaço e o território, criam um sentimento de pertencimento, de apego ao lugar.

3. O ENRAIZAMENTO TERRITORIAL DOS HABITANTES DAS PEQUENAS CIDADES

Evidencia-se nos municípios com pequenas cidades uma vida comunitária mais intensa devido a fatores como o baixo número de habitantes, a convivência em espaços comuns, o interconhecimento e os vínculos de parentesco e amizade.

Pelegrini e Funari (2008, p. 23) explicam que “partindo do pressuposto de que as pessoas de um mesmo grupo compartilham valores, de que se sentem partícipes, formulou-se o conceito normativo de ‘pertencimento’ (*belonging*)”. Desta maneira, acredita-se que pela facilidade de se conhecer e constituir vínculos com as pessoas nos municípios com pequenas cidades, o pertencimento torna-se mais corriqueiro.

Compreende-se que um caminho interessante para entender estes vínculos é o estudo da resistência cultural e das raízes culturais, a partir da perspectiva da Geografia Cultural crítica. “Esta geografia, consciente de sua subjetividade, busca nos discursos, nas práticas espaciais, nas representações dos homens, suas racionalidades e sentimentos de pertencimento, as coerências e contradições para conhecimento do lugar, das regiões e dos territórios” (ALMEIDA, 2008, p. 316).

Sendo assim é importante conceituar cultura, pois de acordo com a opinião de Ullmann (1983, p. 84) “[...] para abarcar o conjunto dos costumes humanos, foi escolhido o termo cultura, expressando a totalidade da experiência humana acumulada e socialmente transmitida”. De

CHIES, C. et al. Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

acordo com Claval:

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio (CLAVAL, 2007, p.63).

Neste sentido, vê-se que a cultura é a característica humana de aprender formas de se viver e de humanizar-se, e que este processo perpassa gerações, no entanto se transforma “[...] uma vez que seus usos e sentidos incorporam significados ao longo do tempo”. Porém essas ressignificações enriquecem os bens culturais, sejam os materiais ou imateriais, mantendo o vínculo com as tradições de origem e à dinâmica social dos grupos identitários (PELEGRINI; FUNARI, 2008, p. 42).

Frente a isto, compreende-se que de modo geral, o grupo social que compõem os habitantes das pequenas cidades, principalmente os idosos, têm suas raízes históricas e culturais vinculadas à dinâmica de vida no meio rural, cuja conduta das pessoas, suas ações e decisões se pautam, sobretudo, por uma ordem moral. Entendemos que a permanência dessas pessoas no meio rural ou nos municípios com pequenas cidades, significa uma resistência frente ao processo de modernização agrícola excludente, que gerou intenso êxodo rural e migração rumo aos centros urbanos maiores.

Dessa forma, compreende-se que esse grupo, mantém ao longo do tempo um forte vínculo com o espaço, com o lugar, com a terra, e obviamente com as pessoas, com a comunidade na qual compartilham valores, hábitos, códigos de comunicação, técnicas de produção, ideologias e crenças. Ressalta-se que “a vida cotidiana é assim toda penetrada de automatismos: não há necessidade de parar para refletir, o que convém fazer é conhecido [...]” (CLAVAL, 2007, p. 80). O autor ainda elucida:

A cultura faz assim passar de uns aos outros as representações coletivas. O que lemos no mundo e na sociedade é o que aprendemos a ver; nós o enunciamos nos termos que sabemos utilizar [...] a maneira como o campo visual é varrido, como os sons são analisados e os perfumes rememorados traz a marca de contextos comuns [...]. Cada cultura caracteriza-se por um sistema original de representações e de construções intelectuais. Isto não ocorre sem influência sobre a afetividade e sobre a atividade (CLAVAL, 2007, p. 81).

CHIES, C. et al. Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

Frente a essas acepções, compreende-se que a realidade vivenciada interfere nas preferências e valores das pessoas, constituindo organizações hierárquicas institucionalizadas, assim definem atitudes e escolhas, o mal e o bem, o feio e o bonito, o proibido e o permitido, o tolo e o sábio (CLAVAL, 2007). Assim, a vida em comunidade é fundamental, pois cria o sentimento de pertencer a um mesmo conjunto, a necessária aceitação de si e do outro, a aceitação de normas de conduta, a relação de confiança mútua, o senso de responsabilidade e solidariedade para com o grupo. Sobre a vida em comunidade, Claval elucida:

Uma comunidade de base pode ser construída a partir de elos de sangue e de aliança que unem os membros de uma mesma família. Ela pode igualmente ser formada segundo um modelo análogo por um contrato de associação entre os membros unidos por um mesmo ideal e um projeto comum. Partilhar de uma mesma fé religiosa entre irmãos que se reconhecem filhos de um Deus criador é um cimento eficaz. Uma comunidade pode enfim resultar da co-habitação de pequenos grupos num mesmo lugar (CLAVAL, 2007, p.114).

Cabe também destacar que “a comunidade familiar desempenha um papel central em todas as sociedades tradicionais. Ela pode se estender ao tamanho de um clã formado por todos os descendentes de um ancestral comum”, e geralmente a comunidade familiar apresenta um sistema de solidariedade como o auxílio e a hospitalidade mútuos (CLAVAL, 2007, p. 114). Assim, notamos que há várias formas de se constituir uma comunidade, porém todas necessitam de uma base territorial.

Coadunando com essas reflexões, Almeida (2008), esclarece que os territórios são portadores de ideologia, de representações simbólicas e do inconsciente, de diversas relações e de base material, assim levam a um enfoque diversificado da territorialidade, a uma imagem de mundo subjetiva, evolutiva que se vincula à identidade. Neste sentido evidenciamos que no território aparecem operações simbólicas e nele os sujeitos projetam suas concepções de mundo.

As comunidades caracterizam a constituição das territorialidades. O estudo de Claval (2007) explica que a vila tradicional rural é um modelo de comunidade localizada, que surge nas frequentações por meio da co-habitação. Nessas comunidades os habitantes vivem de modo semelhante, com facilidade para o auxílio mútuo. É comum o casamento entre membros das famílias das vilas vizinhas, há vivo sentimento do lugar, do território como patrimônio comunitário, pois todos foram batizados na mesma igreja, frequentaram a mesma escola e serão enterrados no mesmo cemitério comunal, trazendo proximidade entre os habitantes.

Porém, é importante compreender que essas comunidades, mesmo as mais tradicionais

CHIES, C. et al. Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

sofrem influência dos diferentes segmentos sociais, especialmente o político e o econômico. Disso decorre “à medida que a divisão de trabalho e os papéis tornam-se mais evoluídos e que os sistemas hierárquicos pesam mais sobre o funcionamento da sociedade, o sentido de comunidade – quer seja pequena ou ampla – enfraquece-se ou reduz-se [...]” (CLAVAL, 2007, p. 117).

Dessa maneira, verifica-se que é inegável o peso, especialmente das lógicas econômicas, na compreensão da produção e organização do espaço geográfico e das dinâmicas de vida dos grupos humanos, porém não se pode negligenciar que existe uma dimensão simbólica, pois os grupos humanos dão sentido àquilo que os cerca. Neste sentido, ressalta-se a explicação de Ullmann (1983, p. 85), pois expõem que “[...] o mundo, para o homem, não é apenas um meio vital como o é para o animal. É um mundo interpretado, elaborado simbolicamente, que, portanto, tem um sentido outro do que o mero dado factual”. Ainda sobre este aspecto, Claval aborda:

A finalidade do trabalho não é somente econômica: aquele que fabrica um objeto tem prazer em lhe dar elegância e ornamentá-lo. [...]. Os apartamentos e as casas não são somente simples máquinas de viver. São os lugares de lembranças, aquele dos ancestrais ou das etapas felizes ou dramáticas da vida de cada um. Os hábitos, as preferências, os sonhos e as aspirações que os indivíduos adotam nas representações que compartilham possuem dimensões espaciais (CLAVAL, 2007, p. 293-294).

Assim sendo, compreender a dinâmica de vida dos moradores de municípios com pequenas cidades, requer considerar esses aspectos culturais, simbólicos e imateriais, principalmente quando trata-se das pessoas idosas, que na maior parte dos casos, constituíram família e se estabeleceram nesses municípios, portanto enraizaram-se nesses locais, desenvolveram o “pertencimento”, constituindo uma teia consolidada de relações sociais, culturais e territorialidades.

Desse modo, os idosos, principalmente os aposentados, por possuírem enraizamento cultural, renda estável e condições de sobrevivência, quando tem a opção de escolha, tendem à permanência nos territórios de origem (CHIES, 2017). Tal permanência faz com que esses aposentados dinamizem a vida comunitária e a economia local, influenciem na dinâmica populacional, além de transmitirem um importante patrimônio cultural, experiências de vida de riquezas inestimáveis.

CHIES, C. et al. Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

4. OS IDOSOS APOSENTADOS RURAIS, O PERTENCIMENTO AO LUGAR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Sabe-se que a condição pós-moderna e o processo de globalização atingem a identidade cultural dos grupos humanos. Os desdobramentos da globalização revelam novas formas sociais do espaço e do tempo, “dado que a globalização, articula, tensiona e dinamiza configurações sociais locais, nacionais, regionais, internacionais e transnacionais, multiplicam-se as possibilidades do espaço e do tempo” (IANNI, 2000, p. 210). Ianni (2000) ainda explica que a ideia da formação de uma “aldeia global”, expressa a teoria da cultura mundial, de massa, que cria o mercado de bens culturais, um universo de símbolos e signos, linguagens e significados que engloba ideias, padrões, valores socioculturais e imaginários.

No entanto, não se pode perder de vista que há um processo de resistência cultural no âmbito local. Santos (2005) reitera a importância do lugar como *locus* da construção de uma história das ações diferente do projeto dos atores hegemônicos. Neste mesmo sentido, Hall (2005, p. 77), afirma que existem contra tendências, e que “há, juntamente com o impacto do ‘global’, um novo interesse pelo ‘local’”. O autor esclarece que “a globalização (na forma de especialização flexível e da estratégia de criação de ‘nichos’ de mercado), na verdade, explora a diferenciação local”.

Sendo assim, acredita-se que não há destruição das identidades nacionais/locais pela globalização. A probabilidade é que sejam produzidas novas identificações, tanto globais, quanto locais. Além disso, é preciso considerar que a globalização não atinge na mesma proporção as diversas realidades do globo, e que as identidades da modernidade Ocidental dominam as redes globais, havendo padrões desiguais de trocas culturais (HALL, 2005).

Ao estudarmos a respeito de aposentados rurais de municípios das regiões Noroeste e Centro Ocidental paranaense, constatou-se que as raízes culturais, o vínculo com o lugar, com a terra, a construção do pertencimento no espaço, a sensação de tranquilidade, sossego e a qualidade de vida proporcionada em pequenas cidades e na área rural, são fatores essenciais para a o enraizamento territorial dos habitantes, sobretudo dos idosos.

Nos anos de 2015 e 2016, aplicou-se questionários complementados com entrevistas a 114 aposentados rurais dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste, no Noroeste do Paraná⁵, desses, 38,6% residem de 11 a 30 anos no local, e 28,1% há mais de 30 anos. Quando questionados se têm planos de se mudar da residência atual, 105 (92.1% dos

⁵ Pesquisa realizada para elaboração de Tese de Doutorado.

CHIES, C. et al. Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

participantes) afirmaram que não, e explicaram que o principal fator que os motiva a permanecer é o vínculo com o lugar e com as pessoas (97 respostas).

Averiguaram-se respostas como: “criou raízes no lugar”; “é acostumado (a)”; “gosta do lugar”; “gosta das pessoas”; “a família vive no município”; “filhos moram próximo”; “tem familiaridade”; “está adaptado (a), habituado (a)”; “está satisfeito (a) no lugar”; “gosta do sossego, da tranquilidade”; “gosta da cidade pequena”; “gosta da área rural”; “pegou amor nas coisas”; “tem amor à terra, ao trabalho, às plantas”. Outros fatores indicados para a permanência no local foram: tem casa, bens e imóveis no município (21 respostas); não tem mais idade para mudar (20 respostas).

Em 2019 aplicou-se questionários complementados com entrevistas a aposentados rurais de Altamira do Paraná (10 aposentados), Farol (10 aposentados) e Nova Tebas (19 aposentados), somando 39 idosos participantes⁶. No município de Altamira do Paraná, onde foram entrevistados 10 aposentados, 5 residem no local entre 11 a 30 anos, e 3, há mais de 30 anos. Já em Nova Tebas, dos 19 participantes, 16 residem há mais de 30 anos no local. O município de Farol, por sua vez, teve 10 aposentados entrevistados, destes, 3 residem no local entre 11 a 30 anos, e 5, estão há mais de 30 anos no local.

Na pesquisa nos municípios da região Centro Ocidental paranaense, dos 39 aposentados participantes, 33 (84,6%) afirmaram não ter planos de se mudar da residência atual. Novamente predominaram os fatores como: vínculos de apego com o lugar e de amizades, o pertencimento à comunidade, os aspectos de tranquilidade e sossego das pequenas cidades. Outros alegaram não terem mais idade para se mudar, além disso, constatou-se que são bastante receosos em relação às cidades grandes, devido ao medo da violência.

Desta forma entende-se que “é pela cultura que estas populações fazem sua mediação com o mundo, constroem um modo de vida particular e se ‘enraízam’ no território. Há, assim, uma herança cultural que permeia a relação com o território” (ALMEIDA, 2008, p. 317). Desse modo verifica-se que a identidade e os aspectos culturais, que prende o sujeito à sua estrutura, são essenciais na decisão de permanência dos aposentados no local de origem, ou seja, para a imobilidade geográfica deste grupo.

Dessa maneira, avalia-se que esta necessidade de conhecer o lugar, as pessoas, e os hábitos, é tida como fundamental pelos idosos. No caso dos aposentados rurais de municípios com pequenas cidades, geralmente são pessoas que pouco se deslocaram do município de

⁶ Pesquisas de Iniciação Científica de acadêmicos do Curso de Geografia da Unespar, campus de Campo Mourão.

CHIES, C. et al. Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

vivência, tiveram poucas oportunidades de conhecer outros lugares e de ter acesso a outras culturas, e também que pouco se familiarizam com a dinâmica dos centros urbanos maiores. Desta forma, para se reconhecerem necessitam de uma relação sensorial com o espaço.

Desse modo verificou-se a importância dos idosos, aposentados rurais, a partir deste vínculo com o território, do pertencimento ao lugar, para a permanência de habitantes em municípios com pequenas cidades, pois influenciam também familiares e pessoas próximas. Além disso, é importante constatar a importância deste grupo para a dinamização do comércio e da economia local dessas localidades.

O fortalecimento do comércio local é um dos efeitos fundamentais das aposentadorias rurais, visto que os aposentados, em sua maioria, compram no comércio local e promovem certo dinamismo. Além de fatores como a maior dificuldade de locomoção para outros polos comerciais, verificou-se que os idosos valorizam os vínculos de conhecimento e amizade com os comerciantes, e se preocupam em fortalecer a economia local, portanto optam por comprar no comércio local. Além disso, a partir das relações de confiança, há por parte dos comerciantes, a oferta de crédito e condições de pagamento aos aposentados. Desta forma, esse público se constitui em uma clientela cativa e adimplente, fundamental para a manutenção desses comércios.

Nos municípios da Região Noroeste, constatou-se que a grande maioria dos aposentados participantes da pesquisa, 96 (84,2%), afirmou gastar a maior parte do recurso recebido com o benefício previdenciário no comércio local. Com isto esclarece-se que os recursos da aposentadoria rural nesses municípios permanecem em sua maior parte no comércio local. Nos municípios da Região Centro-Ocidental, verificou-se que 31 (79,4%) dos participantes da pesquisa, gastam a maior parte dos recursos da aposentadoria, também no comércio local.

Nos municípios de Farol e Nova Tebas realizou-se, no ano de 2019, entrevistas com 8 comerciantes de diferentes segmentos como: farmácia, mercado, loja de confecções e calçados, móveis e eletrodomésticos e materiais de construção. As análises das informações colhidas nessas entrevistas demonstraram um consenso entre os comerciantes em relação à importância dos idosos/aposentados para a manutenção e o fortalecimento dos seus comércios. Os pontos mais relevantes, de acordo com os comerciantes são: a fidelidade desse público, a adimplência, os vínculos pessoais, a valorização de um atendimento personalizado e a oferta de crédito e facilidade no parcelamento das compras.

Assim, averiguou-se que os aposentados têm um peso importante para a manutenção de habitantes e o fortalecimento do comércio local de municípios com pequenas cidades. Do

CHIES, C. et al. Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

mesmo modo, os recursos provenientes dos benefícios previdenciários são relevantes nesses municípios, contribuindo para a dinamização do comércio e da economia local, e para que haja mais desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas com a produção deste artigo avaliou-se que a busca pelo desenvolvimento local é um processo fundamental e necessário na escala municipal, principalmente nas pequenas cidades. Também constatou-se que a perspectiva do desenvolvimento local deve contemplar as múltiplas dimensões que envolvem a vida em sociedade, como: a econômica, a política, a educacional, a ambiental, bem como o acesso digno à moradia, à saúde, ao trabalho e emprego, à cultura e ao lazer. Assim, averiguou-se que as políticas públicas são relevantes nesse processo, e que é fundamental a promoção da participação popular, desde a formulação, a implementação até a avaliação.

Também examinou-se que o pertencimento ao lugar, a cultura e o enraizamento territorial, como características comuns a muitos habitantes das pequenas cidades, especialmente dos idosos, devem ser consideradas e valorizadas nos projetos e propostas que visam estimular o desenvolvimento local.

Por fim, apropriando-se de resultados de pesquisas que já realizamos, concluiu-se que os idosos aposentados rurais, apresentam forte vínculo de pertencimento com o território e com o lugar em que vivem, formando um grupo de resistência e resiliência frente aos processos globalizantes, contribuindo assim para a dinâmica de fortalecimento do desenvolvimento local. Desse modo compreende-se que o respeito e a consideração das necessidades e anseios desse grupo, deve ser um compromisso dos gestores públicos e da sociedade em geral.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. Uma leitura etnogeográfica do Brasil Sertanejo. In: SERPA, Angelo (Org.) **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Desenvolvimento auto-gerido e trabalho. In: ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

Edição Especial RGeomae – SINAPEQ
V Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades - 2020
“A diversidade das pequenas cidades brasileiras”

CHIES, C. et al. Pequenas cidades e desenvolvimento local: avaliação do enraizamento territorial de aposentados rurais em municípios paranaenses. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.446-462, 2021.

CHIES, Cláudia. **Aposentadoria rural e políticas públicas para a agricultura familiar**: estudo dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste – PR. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, 2017.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3 ed.. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta.

ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

FARIA, Antônio. Programa oportunidade de mercado e apoio à agricultura familiar Hulha Negra/RS. In: FRANÇA, Cássio Luiz de; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado (Org.). **Aspectos econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local**. São Paulo, Instituto Pólis, 2002. 184p. (Publicações Pólis, 40).

FRANÇA, Cássio Luiz de; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado. Do experimentalismo difuso a uma política nacional de desenvolvimento local: uma abordagem introdutória. In: FRANÇA, Cássio Luiz de; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado (Org.). **Aspectos econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002. 184p. (Publicações Pólis, 40).

FRESCA, Tânia Maria. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do Norte do Paraná. In: ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. Tradução de Tomaz Tadeu Silva e Guaracira Lopes Louro.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 8 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento Local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

SANTIN, Janaína Rigo. O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007, Florianópolis – SC. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2007. p. 323-340.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1 ed.. São Paulo: EDUSP, 2005.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo A.. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Coleção Primeiros Passos.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **Antropologia Cultural**. 2 ed.. Porto Alegre: Escola Superior de Tecnologia São Lourenço de Brindes, 1983.